

RENÚNCIA DE MANDATO ADVOCATÍCIO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA ____ DA COMARCA DE _____

Processo nº: _____

RENUNCIANTE: _____, advogado(a), inscrito(a) na OAB/____ sob nº _____, com escritório profissional situado à _____, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, RENUNCIAR ao mandato que lhe foi outorgado nos autos do processo em epígrafe, nos termos do artigo 112 do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/1994), conforme as razões a seguir expostas.

I – DOS FATOS

O(A) Renunciante foi constituído(a) como patrono(a) da parte autora/ré (escolher conforme o caso), conforme procuração juntada aos autos, para atuar no presente feito. Por motivos de foro íntimo, o(a) advogado(a) manifesta a sua renúncia ao mandato conferido, não sendo possível a continuidade da representação processual.

II – DO DIREITO

Conforme dispõe o artigo 112 do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei nº 8.906/1994):

“O advogado poderá renunciar ao mandato a qualquer tempo, devendo comunicar o fato ao cliente e ao juízo, assegurando-se prazo razoável para que o constituinte constitua outro patrono.”

III – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência:

1. A juntada da presente renúncia aos autos do processo nº _____;
2. A intimação da parte para que constitua novo patrono no prazo legal, sob pena de prosseguimento do feito sem a intervenção de advogado;
3. A suspensão dos prazos processuais pelo prazo legal concedido para a substituição do patrono;
4. A expedição de intimação pessoal à parte representada acerca da renúncia ora apresentada.

Nestes termos,
Pede deferimento.

_____,
Local

_____,
Estado

Advogado(a)

OAB/ ____ nº _____

Fonte original deste documento:

<https://documentos-jus.com/renuncia-de-mandato-advogado/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://documentos-jus.com>

Mais modelos

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.

Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.

Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.